

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 17 de agosto de 2015, e que detém em 31 de dezembro de 2016 54% das ações da sociedade. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 144 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra seis lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido no IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência negativa, de acordo com o BR GAAP, é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em dual *compliance*.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido de perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota explicativa nº 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2016 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 35.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, “caixa e equivalentes de caixa”, “créditos com outras pessoas ligadas”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos que correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

c) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativas

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.5 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos,
-

embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobras

Os recebíveis da Eletrobras são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal. Até julho de 2014 o valor era atualizado por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano, quando a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 19).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros

associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 21, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

3.12 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o

crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 30). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 31.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.22 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.23 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 01 de janeiro de 2017.

- Iniciativa de divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7 e Deliberação CVM nº 761/2016)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não prevê adoção de forma antecipada.

- Instrumentos financeiros (CPC 38/ IFRS 9)

A alteração inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

O impacto efetivo dessa adoção nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018, quando a norma entra em vigor, não pode ser estimado com confiança, pois dependerá do cenário da Companhia e das condições econômicas, bem como de decisões e julgamentos contábeis futuros. A nova norma exigirá que os processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros sejam revisados. A Companhia ainda não realizou uma avaliação preliminar dos eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2017

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza

das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto

apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 29.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobras

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme descrito na nota explicativa nº 13.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 23a). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84

(oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 28b).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	43.969	47.775	43.969	47.775
Conta corrente	1.186	594	1.186	594
Créditos com controladas	66.727	79.947	-	-
Ativos expostos	111.882	128.316	45.155	48.369
Provisão para perdas em investimentos	(66.647)	(79.676)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.317)	(17.640)	(9.317)	(17.640)
Empréstimos e financiamentos	(77.402)	(175.283)	(77.402)	(175.283)
(-) Operação Swap	21.778	76.630	21.778	76.630
Passivos expostos	(131.588)	(195.969)	(64.941)	(116.293)
Exposição líquida	(19.706)	(67.653)	(19.786)	(67.924)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	367	458	367	458	9.887	9.412	9.887	9.412
Conta corrente	-	-	-	-	364	152	364	152
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.448)	(20.392)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(282)	(1.468)	(282)	(1.468)	(2.567)	(2.953)	(2.567)	(2.953)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(23.750)	(44.889)	(23.750)	(44.889)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	19.624	19.624	19.624	19.624
	85	(1.010)	85	(1.010)	3.584	(18.572)	3.558	(18.654)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6 e 8.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data

contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	196.975	782	98.557	9.788	210.808	705	128.623	9.018
Entre um e dois anos	224.882	349	68.990	20.158	252.243	1.124	47.923	18.618
Entre dois e cinco anos	146.726	-	-	30.237	191.774	-	-	27.927
Acima de cinco anos	25.134	-	-	18.479	51.303	-	-	26.374
	<u>593.717</u>	<u>1.131</u>	<u>167.547</u>	<u>78.662</u>	<u>706.128</u>	<u>1.829</u>	<u>176.546</u>	<u>81.937</u>

*A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

	Consolidad							
	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	196.975	782	102.929	9.857	210.808	705	143.310	9.081
Entre um e dois anos	226.071	349	68.990	20.296	253.353	1.124	47.923	18.744
Entre dois e cinco anos	146.726	-	-	30.444	191.774	-	-	28.116
Acima de cinco anos	25.134	-	-	18.602	51.303	-	-	26.554
	<u>594.906</u>	<u>1.131</u>	<u>171.919</u>	<u>79.199</u>	<u>707.238</u>	<u>1.829</u>	<u>191.233</u>	<u>82.495</u>

* A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 96.819.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2016 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 13,63% e Selic de 13%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	31 de dezembro de 2016	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,2% CDI)	101.025	Baixa CDI	13,63%	13.522	10,22%	10.141	6,82%	6.761
	<u>101.025</u>			<u>13.522</u>		<u>10.141</u>		<u>6.761</u>
Operação								
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(152.543)	Alta CDI	13,63%	(20.792)	17,04%	(25.990)	20,45%	(31.187)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(14.387)	Alta CDI	13,63%	(1.961)	17,04%	(2.451)	20,45%	(2.941)
Debêntures	(199.799)	Alta CDI	13,63%	(27.233)	17,04%	(34.041)	20,45%	(40.849)
Parcelamento	(79.199)	Alta Selic	13,00%	(10.296)	16,25%	(12.870)	19,50%	(15.444)
	<u>(445.928)</u>			<u>(60.282)</u>		<u>(75.352)</u>		<u>(90.421)</u>

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2016	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	43.969	3,570	4.194	4,463	10.992	5,355	21.985
Conta corrente	1.186	3,570	113	4,463	297	5,355	593
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.317)	3,570	(889)	4,463	(2.329)	5,355	(4.659)
Empréstimos e financiamentos	(77.402)	3,570	(7.384)	4,463	(19.351)	5,355	(38.701)
(-) Operação Swap	21.778	3,570	2.077	4,463	5.445	5,355	10.889
Exposição líquida	<u>(19.786)</u>	<u>3,570</u>	<u>(1.889)</u>	<u>4,463</u>	<u>(4.946)</u>	<u>5,355</u>	<u>(9.893)</u>

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 13 de janeiro de 2017.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos e financiamentos	585.472	696.618	586.661	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	78.662	81.937	79.199	82.495
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(100.085)	(81.761)	(105.745)	(87.664)
Créditos com outras pessoas ligadas	(89.423)	(84.601)	(89.423)	(84.601)
Aplicações Financeiras	(6.451)	(100.478)	(6.451)	(100.478)
Dívida líquida	468.175	511.715	464.241	507.480
Total do patrimônio líquido	238.448	231.846	238.459	231.856
Total do capital	706.623	743.561	702.700	739.336
Índice de alavancagem financeira (%)	66	69	66	69

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	100.085	81.761	105.745	87.664
Contas a receber de clientes	202.658	175.837	215.379	208.367
Créditos com outras pessoas ligadas	89.423	84.601	89.423	84.601
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	6.451	100.478	6.451	100.478
Derivativos	-	5.435	-	5.435
	398.617	448.112	416.998	486.545
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores e Cessão	120.079	128.307	124.451	142.994
Empréstimos, financiamentos e debêntures	585.472	696.618	586.661	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	78.662	81.937	79.199	82.495
Derivativos	2.452	-	2.452	-
	786.665	906.862	792.763	923.217

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Conta corrente	6.211	5.553	11.172	9.147
Aplicações financeiras	93.874	76.208	94.573	78.517
	100.085	81.761	105.745	87.664

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2016 foi equivalente a 98,2% do CDI

(Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

a) Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais.

b) Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.600 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, com Swap para 109% CDI ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 11 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em junho de 2015 e posteriormente em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

c) Em julho de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 20.000 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

d) Em setembro de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 7.200 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para 111% do CDI e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais.

O valor justo dos ganhos e perdas destas operações de Swap foi registrado, na rubrica “Outros” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 (ativo circulante em 2015).

Contratos	Vencimento	Valor Notional	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
a) Lei nº 4.131	dez-17	28.774	(55)	(119)
b) Crédito Exportação	nov-17	48.608	(2.200)	3.917
c) Lei nº 4.131	jun-16	-	-	1.097
d) Lei nº 4.131	ago-16	-	-	540
		<u>77.382</u>	<u>(2.255)</u>	<u>5.435</u>

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Em 2016 a Companhia liberou o registro dos gravames escritos nas garantias dos contratos das Debêntures e efetuou o resgate das aplicações financeiras vinculadas que estavam registradas no circulante (R\$ 100.478 em 31 de dezembro de 2015). No não circulante estão vinculadas ao contrato com o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	158.989	128.120	171.710	160.650
Mercado externo	43.969	47.775	43.969	47.775
	<u>202.958</u>	<u>175.895</u>	<u>215.679</u>	<u>208.425</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	2.548	1.280	2.548	1.280
	<u>2.548</u>	<u>1.280</u>	<u>2.548</u>	<u>1.280</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.848)	(1.080)	(2.848)	(1.080)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	-	(258)	-	(258)
	<u>(2.848)</u>	<u>(1.338)</u>	<u>(2.848)</u>	<u>(1.338)</u>
	<u>202.658</u>	<u>175.837</u>	<u>215.379</u>	<u>208.367</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	191.258	191.258	-	-	169.633	169.633	-	-
Vencidos até 30 dias	5.733	-	5.733	-	4.168	-	4.168	-
Vencidos de 31 a 90 dias	2.011	-	1.908	103	1.576	-	1.536	40
Vencidos de 91 a 180 dias	1.251	-	824	427	936	-	724	212
Vencidos de 181 a 360 dias	4.388	-	2.904	1.484	312	-	23	289
Vencidos há mais de 360 dias	865	-	31	834	550	-	11	539
	<u>205.506</u>	<u>191.258</u>	<u>11.400</u>	<u>2.848</u>	<u>177.175</u>	<u>169.633</u>	<u>6.462</u>	<u>1.080</u>

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	203.154	203.154	-	-	201.016	201.016	-	-
Vencidos até 30 dias	6.144	-	6.144	-	4.731	-	4.731	-
Vencidos de 31 a 90 dias	2.191	-	2.088	103	2.074	-	2.034	40
Vencidos de 91 a 180 dias	1.298	-	871	427	1.001	-	789	212
Vencidos de 181 a 360 dias	4.570	-	3.086	1.484	333	-	44	289
Vencidos há mais de 360 dias	870	-	36	834	550	-	11	539
	218.227	203.154	12.225	2.848	209.705	201.016	7.609	1.080

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2016, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 83.642 (R\$ 97.780 em 31 de dezembro de 2015).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	152.789	167.498	153.064	167.701
Produtos em processo	6.279	5.756	6.279	5.756
Matérias-primas e materiais de consumo	31.693	33.410	31.693	33.410
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.496)	(6.169)	(9.496)	(6.169)
Importações em andamento	4.340	4.593	4.340	4.593
	185.605	205.088	185.880	205.291

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	2.428	2.528	2.040	1.785
Mercado externo	597	268	597	268
	3.025	2.796	2.637	2.053

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante				
ICMS	8.060	12.313	8.524	12.821
IPI (a)	1.948	1.549	2.295	1.975
IRPJ/CSLL	4.330	4.964	5.017	6.020
PIS/COFINS	-	1.112	427	1.521
INSS (b)	2.496	-	2.496	-
Outros	109	215	320	438
	<u>16.943</u>	<u>20.153</u>	<u>19.079</u>	<u>22.775</u>
Não circulante *				
ICMS	3.051	3.807	3.051	3.807
PIS/COFINS	3.073	6.670	3.073	6.670
	<u>6.124</u>	<u>10.477</u>	<u>6.124</u>	<u>10.477</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b) Créditos tributários extemporâneos INSS

Em agosto de 2016, a Companhia contratou uma consultoria para realizar uma revisão tributária que identificou créditos não utilizados de INSS (apuração proporcional pela folha e pela receita bruta) no montante de R\$ 7.085, originários de receitas auferidas com a venda de produtos que estão sujeitas à incidência da CPRB e que foram reduzidos proporcionalmente da Contribuição Patronal devida sobre a folha em valor inferior ao permitido, e são compensados na esfera administrativa.

13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2016, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 89.423 (R\$ 84.601 em 31 de dezembro de 2015) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05 e 06 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Cível (a)	69.043	47.924	69.061	47.944
Trabalhista	8.111	9.407	8.111	9.407
Tributária	4.539	2.568	4.570	2.573
	<u>81.693</u>	<u>59.899</u>	<u>81.742</u>	<u>59.924</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

15 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido à revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

Após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, um perito contábil foi contratado para quantificar o crédito, que será objeto de futura ação de execução de sentença. O laudo pericial apresentou um valor R\$ 16.413 menor do que o reconhecido pela Companhia. O saldo foi baixado em 2016, sendo que R\$ 9.562 eram atualizações que foram revertidas contra o resultado financeiro e R\$ 6.851 reconhecidos em outras despesas operacionais. O valor do ativo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 32.208 (R\$ 48.261 em 31 de dezembro de 2015).

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda	4.137	3.675	4.716	4.522	-	-	(227)	(415)
Contribuição social	193	1.289	301	1.498	-	-	(84)	(156)
	4.330	4.964	5.017	6.020	-	-	(311)	(571)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízos fiscais	7.393	-	11.741	-
Diferenças temporárias ativas	35.295	34.863	35.300	34.863
Variações cambiais pelo regime de caixa	6.207	13.720	6.207	13.720
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.494	1.836	2.494	1.836
Provisão para contingências	8.914	9.605	8.914	9.605
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	7.969	3.902	7.969	3.902
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	2.486	4.275	2.486	4.275
Outras diferenças temporárias ativas	7.225	1.525	7.230	1.525
Diferenças temporárias passivas	(50.291)	(56.528)	(50.291)	(56.528)
Portobello previdência	(1.485)	(3.291)	(1.485)	(3.291)
Realização da reserva de reavaliação	(19.091)	(19.708)	(19.091)	(19.708)
Recebíveis da Eletrobrás	(10.951)	(16.531)	(10.951)	(16.531)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(9.090)	(7.724)	(9.090)	(7.724)
Ajuste a valor presente	(3.187)	(3.691)	(3.187)	(3.691)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(6.487)	(5.583)	(6.487)	(5.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(7.603)	(21.665)	(3.250)	(21.665)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2016 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	(21.665)	(21.665)
Prejuízos fiscais	7.393	11.741
Diferenças temporárias ativas	432	437
Diferenças temporárias passivas	5.620	5.620
Reserva de reavaliação	617	617
Em 31 de dezembro de 2016	(7.603)	(3.250)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado				
Prejuízos fiscais	7.393	-	11.741	-
Variações cambiais pelo regime de caixa	(7.513)	11.404	(7.513)	11.404
Provisão para ajuste a valor de mercado	658	(373)	658	(373)
Provisão para contingências	(691)	1.135	(691)	1.135
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	4.067	3.408	4.067	3.408
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(1.789)	(1.009)	(1.789)	(1.009)
Outras diferenças temporárias ativas	5.700	(876)	5.705	(876)
	<u>7.825</u>	<u>13.689</u>	<u>12.178</u>	<u>13.689</u>
Realização da reserva de reavaliação	617	618	617	618
Recebíveis da Eletrobrás	5.580	-	5.580	-
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(1.366)	(2.493)	(1.366)	(2.493)
Ajuste a valor presente	504	(888)	504	(888)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(904)	(841)	(904)	(841)
Portobello previdência	1.806	(1.566)	1.806	(1.566)
	<u>6.237</u>	<u>(5.170)</u>	<u>6.237</u>	<u>(5.170)</u>
	<u>14.062</u>	<u>8.519</u>	<u>18.415</u>	<u>8.519</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Resultado antes do imposto	(10.787)	64.674	(5.887)	76.381
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	3.668	(21.996)	2.002	(26.053)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	7.664	3.680	-	-
Despesas não dedutíveis	1.748	3.711	1.748	3.711
Depreciação de ativos reavaliados	(617)	(487)	(617)	(487)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(12.463)	(5.449)	(12.369)	(9.398)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(20.541)	(9.236)	(32.227)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	12.912	8.519	17.265	8.519
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>12.912</u>	<u>(12.022)</u>	<u>8.029</u>	<u>(23.708)</u>
Alíquota efetiva	-	18,6%	-	31,0%

17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 19.843 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2015).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do ‘quantum’ apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 6.891 (R\$ 5.322 em 31 de dezembro de 2015).

O montante total do ativo tributário em 31 de dezembro de 2016 é 26.735 (R\$ 22.718 em 31 de dezembro de 2015).

18 Ativos contingentes

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados ‘crédito-prêmio do IPI’. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. Companhia já está promovendo a execução de sentença. O escritório de advocacia Souza Cescon Barriueu & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base fevereiro de 2012. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

19 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2015	Variações cambiais	Integração de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31 de dezembro de 2016
Investimentos									
Portobello América Inc. e outros	(66.647)	(161)	100%	(79.677)	13.191	-	(161)	-	(66.647)
PBTech Ltda.	719	3.268	99,94%	(2.547)	-	-	3.266	-	719
Portobello Shop S.A.	480	15.910	99,90%	480	-	-	15.894	(15.894)	480
Mineração Portobello Ltda.	246	548	99,76%	(302)	-	-	547	-	245
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(8.029)	3.056	98,00%	(10.863)	-	-	2.995	-	(7.868)
Outros	10	-	-	-	-	10	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(92.909)	13.191	10	22.541	(15.894)	(73.061)
Participação em controladas ¹				480					1.454
Provisão para perdas em investimentos				(93.389)					(74.515)

¹ Em 12/2015 a participação em controladas refere-se apenas a empresa Portobello Shop. Em 12/2016 considera também os resultados das controladas PBTech e Mineração que passaram a ser positivos. O restante continua em provisão para perdas.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2015						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	287	79.964	-	(88)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	5.268	7.815	44.806	1.528
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	23.147	22.667	64.693	20.613
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.527	1.829	5.699	(17)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	27.643	11.731	62.311	(11.237)
Em 31 de dezembro de 2016						
Portobello América Inc. e outros	Estados Unidos	100,00%	83	66.730	-	(161)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.437	10.718	61.652	3.268
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	22.546	22.066	64.165	15.893
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.958	1.713	8.764	547
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	1.654	9.801	(67)	2.994

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora PBG S.A. possui um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica no montante de R\$ 13.976 (R\$ 27.321 em 31 de dezembro de 2015), classificada no ativo não circulante.

20 Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	203.119	(35.205)	167.914	164.853	164.634
Máquinas e equipamentos	15%	518.200	(281.525)	236.675	224.665	236.676
Móveis e utensílios	10%	9.444	(8.183)	1.261	1.418	1.277
Computadores	20%	18.974	(15.094)	3.880	4.123	3.893
Outras imobilizações	20%	209	(187)	22	30	10.353
Imobilizações em andamento		3.363	-	3.363	29.449	3.453
		765.450	(340.194)	425.256	436.679	433.348
						444.194

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 31e).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a última alteração foi realizada em 2015.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015				
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas		Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	
Terrenos	12.141	-	-	-	-	12.141	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	100.944	-	69.163	(5.254)	-	164.853	-	10.050	(6.989)	167.914
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	696	34.627	(23.313)	236.675
Móveis e utensílios	1.018	49	535	(184)	-	1.418	-	37	(194)	1.261
Computadores	1.861	1.618	1.530	(886)	-	4.123	389	597	(1.229)	3.880
Outras imobilizações	41	-	-	(11)	-	30	-	-	(8)	22
Imobilizações em andamento	136.438	74.029	(181.018)	-	-	29.449	19.225	(45.311)	-	3.363
	387.451	76.708	(364)	(26.797)	(319)	436.679	20.310	-	(31.733)	425.256

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015				
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas		Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	
Terrenos	13.062	-	-	-	-	13.062	-	-	-	13.062
Edificações e benfeitorias	100.844	-	69.163	(6.234)	-	163.773	-	10.050	(9.189)	164.634
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	697	34.627	(23.313)	236.676
Móveis e utensílios	1.041	52	535	(188)	-	1.440	-	37	(197)	1.277
Computadores	1.891	1.622	1.530	(896)	-	4.147	396	591	(1.241)	3.893
Outras imobilizações	1.973	200	3.332	(11)	-	5.494	-	5.038	(8)	10.353
Imobilizações em andamento	138.766	77.326	(184.350)	-	(129)	31.613	22.183	(50.343)	-	3.453
	392.585	80.212	(364)	(27.791)	(448)	444.194	23.276	-	(33.948)	433.348

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo dos produtos vendidos	28.603	19.185	28.603	19.185
Despesa comercial	2.115	1.634	4.320	2.617
Despesa administrativa	1.015	914	1.025	925
Outras	-	5.064	-	5.064
	31.733	26.797	33.948	27.791

21 Intangível**a) Composição**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150
Softwares	20%	20.261	(13.663)	6.598	2.032	6.598
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	773	729
Fundo de comércio	-	-	-	-	6.831	7.039
Softwares em desenvolvimento	-	653	-	653	653	5.315
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(13.294)	5.592	9.540	5.592
		40.950	(27.957)	12.993	17.810	20.553
						25.240

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Contabilidade							
	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	548	(1.172)	5.190
Direito exploração de jazidas	50	1.015	(292)	-	773	-	(29)	-
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	528	-	(5.190)
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(3.948)	-
	16.637	5.329	(4.519)	363	17.810	1.076	(5.149)	-
								(744)
								12.993

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015	Adições	Amortizações	Transferência
Marcas e patentes	150	-	-	-	150	-	-	-
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	548	(1.172)	5.190
Direito exploração de jazidas	494	1.015	(345)	-	1.164	745	(436)	-
Fundo de comércio	4.240	2.799	-	-	7.039	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	528	-	(5.190)
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(3.948)	-
	21.321	8.128	(4.572)	363	25.240	1.821	(5.556)	-
								(952)
								20.553

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo dos produtos vendidos	712	181	1.119	234
Despesa comercial	2.841	2.884	2.841	2.884
Despesa administrativa	1.596	1.454	1.596	1.454
	5.149	4.519	5.556	4.572

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Softwares	1.621	1.590	1.581	1.370	436	6.598
Direito de exploração de jazidas	439	51	51	51	137	729
Sistema de gestão	3.674	1.918	-	-	-	5.592
	5.734	3.559	1.632	1.421	573	12.919

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 7.634 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

22 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	89.220	96.740	93.592	111.427
Mercado externo	9.337	16.241	9.337	16.241
Decomposição do valor nominal ao valor presente	-	(316)	-	(316)
Circulante	98.557	112.665	102.929	127.352
Mercado interno (a)	68.990	47.923	68.990	47.923
Não circulante	68.990	47.923	68.990	47.923
	167.547	160.588	171.919	175.275

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 14

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 21.522 em 2016 e R\$ 15.642 em 2015, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

23 Empréstimos e financiamentos**a) Empréstimos e financiamentos**

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante							
Capital de giro	R\$			-	15.541	-	15.541
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	782	705	782	705
Banco do Nordeste S.A. (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.801	9.015	9.801	9.015
BNDES	R\$			-	2.362	-	2.362
Lei nº 4.131 (c)	R\$	Dez/2017	15,23% a.a.	14.387	14.488	14.387	14.488
Lei nº 4.131 (c)	US\$			-	24.482	-	24.482
NCE (d)	R\$	Mai/2019	15,10% a.a. ¹	88.543	63.790	88.543	63.790
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,57% a.a.+VC	4.083	4.896	4.083	4.896
PRODEC (f)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	10.897	13.514	10.897	13.514
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,24% a.a. ¹	10.161	6.866	10.161	6.866
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,12% a.a.+VC	10.394	12.497	10.394	12.497
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	422	415	422	415
ACC	US\$			-	15.365	-	15.365
NCE (d)	US\$	Nov/2017	14,86% a.a.	21.779	26.117	21.779	26.117
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	17,18% a.a.	10.298	336	10.298	336
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	16,78% a.a.	15.457	325	15.457	325
Total do circulante			<u>12,85% a.a.¹</u>	<u>197.004</u>	<u>210.714</u>	<u>197.004</u>	<u>210.714</u>
Total moeda nacional				160.748	127.357	160.748	127.357
Total moeda estrangeira				36.256	83.357	36.256	83.357
Não circulante							
Capital de giro	R\$			-	-	1.189	1.110
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	349	1.124	349	1.124
Banco do Nordeste S.A. (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	73.353	76.446	73.353	76.446
Lei nº 4.131 (c)	R\$			-	14.286	-	14.286
NCE (d)	R\$	Mai/2019	15,10% a.a. ¹	42.221	48.716	42.221	48.716
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,57% a.a.+VC	2.037	7.322	2.037	7.322
PRODEC (f)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	34.386	33.934	34.386	33.934
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,24% a.a. ¹	20.739	19.986	20.739	19.986
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,12% a.a.+VC	39.109	58.572	39.109	58.572
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	2.230	2.648	2.230	2.648
NCE (d)	US\$			-	26.032	-	26.032
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	17,18% a.a.	89.619	98.419	89.619	98.419
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	16,78% a.a.	84.425	98.419	84.425	98.419
Total do não circulante			<u>11,44% a.a.¹</u>	<u>388.468</u>	<u>485.904</u>	<u>389.657</u>	<u>487.014</u>
Total moeda nacional				347.322	393.978	348.511	395.088
Total moeda estrangeira				41.146	91.926	41.146	91.926
Total Geral			<u>11,92% a.a.¹</u>	<u>585.472</u>	<u>696.618</u>	<u>586.661</u>	<u>697.728</u>
Total moeda nacional				508.070	521.335	509.259	522.445
Total moeda estrangeira				77.402	175.283	77.402	175.283

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Arrend.financieiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(b) Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221 , a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, a 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 e 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.								
(c)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
(d)	Crédito de Exportação (NCE)	jan-13	dez-17	R\$ 20.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		mar-14	jan-17	R\$ 15.000	35	Mensal	12	
		mar-14	jan-17	R\$ 13.300	35	Mensal	12	
		abr-14	mar-17	R\$ 15.000	36	Mensal	12	
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8	
		set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean
		nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	
		jun-16	mai-19	US\$ 10.000	36	Trimestral	12	Durante a carência (até 01/06/17) – 50% de aplicação financeira + 50% de duplicatas; - Durante a amortização – (02/06/17 a 24/05/19) - 80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.
jun-16	mai-19	US\$ 20.000	36	Trimestral	12	Este contrato possui clausulas minimas de covenants que foram cumpridas		
(e)	Pré-pagamento	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC				48	Bullet	Bullet	-
(f) (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.								
(g)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.						
		jul-14	mai-21	R\$ 25.107	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479.						
	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
(h) Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 4T16 e o saldo está mantido no não circulante.								
(i)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(j)	Debêntures 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		Debêntures 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24
Em 17 de Novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016; e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.								

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 9) e de controlada (nota explicativa nº 41), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
Vencimentos em 1º de Janeiro	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2017	-	149.553	-	149.553
2018	128.921	98.435	130.110	99.545
2019 a 2025	259.547	237.916	259.547	237.916
	388.468	485.904	389.657	487.014

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reais	508.070	521.335	509.259	522.445
Dólares dos Estados Unidos	77.402	175.283	77.402	175.283
	<u>585.472</u>	<u>696.618</u>	<u>586.661</u>	<u>697.728</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016 e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	101.551	100.668
Debêntures 2ª série	101.515	100.647
Saldo Bruto	<u>203.066</u>	<u>201.315</u>
Custos de captação	<u>(3.267)</u>	<u>(3.817)</u>
Saldo líquido	<u>199.799</u>	<u>197.498</u>
Circulante	25.755	661
Não circulante	174.044	196.837

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015) , 3,00 vezes (03.2016 e 06.2016), 4,50 vezes (09.2016 e 12.2016), 4,25 vezes (03.2017), 4,00 vezes (06.2017), 3,75 vezes (09.2017), 3,50 vezes (12.2017), 3,25 vezes (03.2018 e 06.2018), 3,00 vezes (09.2018 e 12.2018), 2,50 vezes (ano 2019, 2020, e 2021) e 3,00 vezes (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

24 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	94	78.662	81.937	79.199	82.495

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	9.018	-	9.081
2017	9.788	9.309	9.857	9.372
2018 a 2023 (*)	60.474	55.854	60.888	56.232
2024	8.400	7.756	8.454	7.810
	78.662	81.937	79.199	82.495
Circulante	9.788	9.018	9.857	9.081
Não circulante	68.874	72.919	69.342	73.414

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.079 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 9.309 em 31 de dezembro de 2015 para a Controladora e R\$ 10.148 e R\$ 9.372 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 25).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

25 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 17 e nº 18. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 25.737 em 31 de dezembro de 2016, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 18.

26 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2016 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF	2.236	2.251	2.567	2.660
ICMS	9.910	7.245	9.933	7.189
PIS/COFINS	1.760	-	2.176	455
Outros	233	344	344	444
	14.139	9.840	15.020	10.748

27 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	9.962	7.794	9.987	7.909
Trabalhistas	14.494	20.823	14.660	20.823
Tributárias	26.548	12.458	26.548	12.458
	51.004	41.075	51.195	41.190

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.794	20.823	12.458	41.075
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.774	(4.644)	14.090	12.220
Provisões adicionais	2.136	1.413	12.083	15.632
Reversões por não utilização	(418)	(4.322)	-	(4.740)
Atualização monetária (nota 34)	1.056	(1.735)	2.007	1.328
Reversões por realização	(606)	(1.685)	-	(2.291)
Em 31 de dezembro de 2016	9.962	14.494	26.548	51.004

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.909	20.823	12.458	41.190
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.696	(4.477)	14.090	12.309
Provisões adicionais	2.185	1.582	12.083	15.850
Reversões por não utilização	(546)	(4.322)	-	(4.868)
Atualização monetária (nota 34)	1.057	(1.737)	2.007	1.327
Reversões por realização	(618)	(1.686)	-	(2.304)
Em 31 de dezembro de 2016	9.987	14.660	26.548	51.195

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 228 ações cíveis (232 ações em 31 de dezembro de 2015), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 319 reclamações trabalhistas (372 reclamações em 31 de dezembro de 2015), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

A redução do valor da provisão tem como fundamento parecer de advogados externos, secundados pelo Departamento Jurídico da Companhia, que demonstram razoável certeza no acolhimento das teses articuladas, nos principais processos em liquidação de sentença.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Todavia, o Supremo Tribunal Federal - STF, em decisão da lavra do Min. Dias Tófoli na Reclamação nº 22012, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST. Desta forma, a Companhia não promoverá a majoração de suas provisões trabalhistas enquanto não for publicada decisão terminativa da ação em tramitação no STF.

Tributárias

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi

confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ). O montante até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 23.437 (R\$ 11.475 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

b) PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Em setembro de 2015, a Companhia impetrou mandato de segurança objetivando suspender o valor de Pis/Cofins sobre receitas financeiras. Mensalmente os valores apurados e pagos através de depósito judicial. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.797 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2015).

28 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a) Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	2.232	2.677	2.308	2.977
Trabalhistas	6.778	8.581	6.788	8.581
	9.010	11.258	9.096	11.558

b) Ação remota referente o Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração,

isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516.7200300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983.721445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19 milhões, devido a duplicidade por parte do fisco.

29 Benefícios a empregados

29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 31 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2016 para controladora e consolidado, apresenta um superávit R\$ 4.369 (superávit de R\$ 9.676 em 31 de dezembro de 2015), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial". Já sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, a Companhia registrou perda atuarial de R\$ 7.326 (ganho atuarial de R\$ 2.789 em 31 de dezembro de 2015) como outros resultados abrangentes. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão apresentados na tabela abaixo.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor justo dos ativos do plano	60.290	50.355	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(12.334)	23.225
Valor presente das obrigações financiadas	(55.921)	(40.679)	Ganho (perda) nos ativos do plano	5.008	(20.436)
Ativo (passivo) atuarial líquido	4.369	9.676	Ganho (perda) atuarial	(7.326)	2.789

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2015	50.355	62.620	Em 31 de dezembro de 2015	40.679	57.545
Benefícios pagos no ano	(2.549)	(1.689)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.076	1.087
Contribuições participante vertidas no ano	1.129	1.078	Juros sobre obrigação atuarial	4.381	6.961
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	924	1.206	Benefícios pagos no ano	(2.549)	(1.689)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.423	7.576	Obrigações - (ganho) ou perda	12.334	(23.225)
Ativos - ganho ou (perda)	5.008	(20.436)			
Em 31 de dezembro de 2016	60.290	50.355	Em 31 de dezembro de 2016	55.921	40.679

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.076)	(1.087)
Juros sobre as obrigações atuariais	(4.381)	(6.961)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	5.423	7.576
Contribuições de participantes no ano	1.129	1.078
Ganho (perda) atuarial	1.095	606

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2016 uma receita de R\$ 924 (R\$ 1.206 em 31 de dezembro de 2015), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 34).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)	12,10% a.a. nominal (inflação+ 7,27%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	10,77% a.a. nominal (inflação+ 6,00%a.a. real)	12,10% a.a. nominal (inflação+ 7,27%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	21%	21%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

29.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Remuneração	138.611	122.032	152.552	143.096
Benefícios				
Plano de previdência	1.029	1.218	1.030	1.199
FGTS	12.900	10.904	14.432	13.031
Outros	20.114	16.105	21.261	17.939
Total	172.654	150.259	189.275	175.265

30 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 4 planos em andamento. O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 7.312 na controladora e no consolidado (R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

31 Patrimônio líquido

a) Capital social

Após as deliberações da AGO, em 29 de abril de 2016 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 20.000, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. Assim, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 119.565 (R\$ 99.565 em 31 de dezembro de 2015), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2016 havia 72.849.374 ações em circulação, o equivalente a 45,97% do total de ações emitidas (72.769.371 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 45,91% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 15.219 (R\$ 15.113 em 31 de dezembro de 2015) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 103.197 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2016, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Lucros a disposição da AGO

Em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2016, os Administradores da Companhia propuseram e aprovaram a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2016 nos termos de lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual, com base neste mesmo artigo citado, é proposta a aplicação do excesso no aumento de capital, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral a ser realizada em abril de 2017.

e) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2015	38.258	(41.710)	(3.460)	(6.912)
Realização da reserva de reavaliação	(1.198)	-	-	(1.198)
Ganho (perda) atuarial	-	-	(7.326)	(7.326)
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	13.190	-	13.190
Em 31 de dezembro de 2016	37.060	(28.520)	(10.786)	(2.246)

32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita bruta de vendas	1.195.182	1.189.588	1.301.050	1.345.015
Deduções da receita bruta	(269.106)	(257.715)	(284.650)	(284.620)
Impostos sobre vendas	(236.908)	(226.614)	(250.264)	(247.973)
Devoluções	(32.198)	(31.101)	(34.386)	(36.647)
Receita líquida de vendas	926.076	931.873	1.016.400	1.060.395
Mercado interno	798.220	798.414	864.858	912.806
Mercado externo	127.856	133.459	151.542	147.589

33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(649.256)	(612.785)	(653.198)	(664.193)
Com Vendas	(202.719)	(166.825)	(250.744)	(214.205)
Gerais e Administrativas	(29.839)	(31.122)	(37.155)	(34.568)
	(881.814)	(810.732)	(941.097)	(912.966)
Abertura das despesas por natureza				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	6.243	347	6.524	(18.883)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	348.674	310.433	341.377	343.273
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	42.524	41.454	42.523	45.710
Custo das mercadorias revendidas	74.350	132.718	84.253	148.674
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	10.606	6.380	10.611	7.086
Salários, encargos e benefícios a empregados (b)	212.131	168.461	232.685	197.673
Mão de obra e serviços de terceiros (c)	69.694	33.705	72.397	40.708
Amortização e depreciação	36.882	26.255	39.504	27.303
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	11.212	8.643	14.493	17.266
Comissões sobre vendas	26.736	26.277	28.430	27.733
Despesas com marketing e publicidade	13.787	13.200	23.389	23.300
Reembolso de contrato com controlada	(4.480)	-	-	-
Outras despesas comerciais	29.173	38.163	38.791	47.852
Outras despesas administrativas	4.282	4.696	6.120	5.271
Total	881.814	810.732	941.097	912.966

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

(b) O crescimento desses gastos, ocorreram basicamente em função da não adesão a tributação do INSS através da desoneração da folha de pagamento em 2016. Até 2015 a Companhia tributava o INSS de acordo com as regras de desoneração da folha de pagamento, registrando os valores como dedução da receita bruta.

(c) O crescimento desses gastos referem-se a despesas com serviços logísticos dos novos centros de distribuição.

34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	2.210	594	510	591
Créditos tributários (a)	14.135	-	14.135	-
Atualização atuarial (nota 29.1)	2.019	1.811	2.019	1.811
Ativo tributário crédito prêmio IPI (nota 17)	673	4.983	673	4.983
Outras receitas	43	652	53	660
Total	19.080	8.040	17.390	8.045
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 27)	(412)	(321)	(485)	(582)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30)	1.396	(394)	2.023	(341)
Provisão para participação no resultado (b)	1.176	(7.619)	1.599	(8.932)
Revisão do saldo do empréstimo compulsório da Eletrobras (nota 15)	(6.851)	-	(6.851)	-
Custo de ociosidade (c)	(11.070)	(2.898)	(11.070)	(2.196)
Outras despesas	(740)	(6.319)	(2.101)	(9.018)
Total	(16.501)	(17.551)	(16.885)	(21.069)
Total líquido	2.579	(9.511)	505	(13.024)

(a) Créditos Extemporâneos de ICMS (R\$ 5.501), INSS (R\$ 7.084), IPI (R\$ 121) e Pis Cofins sobre insumos (R\$ 293).

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício, revertido porque não foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento.

(c) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receitas financeiras				
Juros	19.068	8.201	19.719	8.863
Atualização de ativos	10.802	11.416	10.802	11.416
Resultado de operação de Swap (a)	-	29.019	-	29.019
Outros	465	796	572	946
Total	30.335	49.432	31.093	50.244
Despesas financeiras				
Juros	(38.221)	(39.183)	(38.515)	(39.342)
Encargos financeiros com tributos	(6.992)	(6.845)	(7.040)	(6.904)
Atualização de provisões para contingências	(1.445)	(4.743)	(1.450)	(4.859)
Revisão do saldo do empréstimo compulsório da Eletrobras (nota 15)	(9.562)	-	(9.562)	-
Comissões e taxas de serviços	(5.050)	(2.785)	(6.180)	(3.498)
Deságios/despesas bancárias	(579)	(2.649)	(585)	(2.651)
Resultado de operação de Swap (a)	(15.641)	(13.529)	(15.641)	(13.529)
Juros sobre debêntures	(34.391)	-	(34.391)	-
Outros	(2.930)	(5.803)	(3.504)	(5.943)
Total	(114.811)	(75.537)	(116.868)	(76.726)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(17.056)	20.373	(17.283)	20.429
Empréstimos e financiamentos	21.363	(52.025)	21.363	(51.971)
Total	4.307	(31.652)	4.080	(31.542)
Total líquido	(80.169)	(57.757)	(81.695)	(58.024)

(a) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

36 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	2.125	52.652	2.125	52.652
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação	0,01341	0,33221	0,01341	0,33221

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

37 Dividendos

Em 04 de julho de 2016, foi pago o montante de R\$ 7.269 mil, cerca de R\$ 0,046 (líquido dos pagamentos feitos em setembro de 2015), sendo R\$ 2.264 na forma de dividendos e o restante na forma de juros sobre capital próprio. Desta forma, a remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2015 atingiu R\$ 12.505 mil, o que representou um yield (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,83%. A remuneração total a ser distribuída aos acionistas referente o exercício de 2016, será R\$ 505, que representa 25% do lucro da Companhia.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro líquido do exercício	2.125	52.652
Constituição da reserva legal (5%)	(106)	(2.633)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	2.019	50.019
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos	-	5.236
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	505	7.269
Dividendos mínimos obrigatórios	505	12.505
Total dos dividendos anuais	505	12.505

38 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2016			Em 31 de dezembro de 2015		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	864.858	151.542	1.016.400	912.806	147.589	1.060.395
Custo dos produtos vendidos	(563.363)	(89.835)	(653.198)	(574.618)	(89.575)	(664.193)
Lucro operacional bruto	301.495	61.707	363.202	338.188	58.014	396.202
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(249.404)	(37.990)	(287.394)	(226.490)	(35.307)	(261.797)
Vendas, gerais e administrativas	(250.622)	(37.277)	(287.899)	(215.223)	(33.550)	(248.773)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.218	(713)	505	(11.268)	(1.756)	(13.024)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	52.091	23.717	75.808	111.698	22.707	134.405
% sobre a ROL	6%	16%	7%	12%	15%	13%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

39 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2016, somam o montante de R\$ 498.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são de R\$ 820 e R\$ 699 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 274 e R\$ 904 respectivamente.

40 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2016 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2016 até 13 de junho de 2017.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguradora S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 27 de agosto de 2016 até 27 de agosto de 2017.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

41 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	15.893	14.850
Contas a receber	Portobello América, Inc.	66.727	79.947
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.228	4.268
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	95	48
Créditos com Controladas - Não Circulante		69.050	84.263
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	89.423	84.601
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	-	5.763
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	558	752
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	442	10
Contas a receber	Flooring Revest. Cer. Ltda.	370	809
Adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(527)	(286)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda.	34	-
Contas a pagar	Elog Logística Sul Ltda	1.007	-
		1.884	1.285

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	7.623	-
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	24.698	19.663
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	9.289	9.971
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	19.475	20.198
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(5.925)	-
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(7.296)	(5.712)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(546)	(461)
Serviços de frete	Elog Logística Sul Ltda	(1.424)	-
		45.894	43.659

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 23).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Natureza	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	1.099	361	Royalties	6.173	4.408
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	253	168	Royalties	2.341	2.140
		<u>1.352</u>	<u>529</u>		<u>8.514</u>	<u>6.548</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são:

a) Despesas Incorridas no acumulado de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Remuneração fixa				
Salários	13.557	10.796	14.969	12.806
Honorários	4.816	4.666	4.816	4.666
Remuneração variável	3.909	6.634	4.313	7.660
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	895	1.103	895	1.122
Outros	2.910	1.744	3.110	1.997
Benefícios por desligamento	-	137	-	469
	<u>26.087</u>	<u>25.080</u>	<u>28.103</u>	<u>28.720</u>